

## A “crise alimentar” e o “Comércio Justo”

Uma verdadeira avalanche de notícias tem acontecido nas últimas semanas a respeito da crise alimentar.

As enormes tensões que está a gerar a subida acelerada dos preços dos alimentos indica que este tema pode-se converter num problema de segurança. O Banco Mundial prognosticou revoltas em mais de 30 países. As manifestações que têm ocorrido um pouco por todo o mundo confirmam que as causas desta situação não são conjunturais de um país, mas sim que reflectem uma situação global de amplo alcance.

A nível mundial, existem, agora, mais pessoas com fome do que há 18 anos atrás. Em 1990 existiam 823 milhões, hoje são mais de 1000 milhões os seres humanos gravemente desnutridos, mutilados pela fome permanente. (1) No entanto, o nosso mundo cada vez produz mais alimentos. Segundo constatação de Jacques Diouf, director da FAO, no actual estado de desenvolvimento das forças agrícolas de produção poder-se-iam alimentar, sem problemas, 12.000 milhões de seres humanos, ou seja, o dobro da actual população mundial. (2) Portanto, não há escassez de alimentos mas sim obstáculos para que os mais pobres a eles acedam.

Do universo de seres humanos com fome no mundo, cerca de 80% são agricultores, pescadores artesanais ou vivem em áreas rurais. A produção de alimentos baseada em políticas de exportação não os salvou da fome.

Estes factos levam-nos a concluir que o problema não está no quanto se produz, mas sim em quem se apropria da riqueza que resulta desta produção, como está organizada e quem controla a transformação, a distribuição da produção e seus lucros.

Com todas estas evidências ganha força a defesa da Soberania Alimentar dos povos. “A Soberania Alimentar é o direito dos povos, comunidades e países definirem as suas próprias políticas agrícolas, pecuárias, laborais, de pesca, alimentares de forma a serem ecológica, social, económica e culturalmente apropriadas às suas circunstâncias exclusivas. Isto inclui o direito real à alimentação e à produção de alimentos”. (3) Acrescentaríamos ainda o direito a definirem o que importar neste campo dos produtos agro-pecuários e da pesca.

A Soberania Alimentar pretende construir um novo paradigma agro-alimentar baseado na implementação do direito à alimentação, no acesso dos camponeses aos recursos, numa produção sustentável e na prioridade aos mercados e circuitos de comercialização locais.

É neste contexto que uma vertente do movimento do Comércio Justo, na qual nos incluímos, actua. Defendemos a mudança das relações comerciais internacionais injustas, porém, entendendo o comércio internacional como um complemento do comércio local e não como o motor de desenvolvimento.

O objectivo do Comércio Justo não pode ser crescer quantitativamente para transferir mais recursos para o Sul, entre outras coisas, porque não vemos o Comércio Justo em estritos termos Norte-Sul. Encaramo-lo, sim, numa perspectiva global de mudança nos âmbitos da produção, do comércio e do consumo com respeito pelo ambiente e direitos sociais em toda a cadeia e não somente em relação aos produtores, sejam eles do sul ou do norte.

Este é o desafio que lançamos para a reflexão e debate no momento em que se assinala o dia mundial do Comércio Justo, a 10 de Maio, comemorado anualmente no segundo sábado deste mês; um Comércio Justo acomodado às regras vigentes do jogo, da economia de mercado ou um Comércio Justo transformador que trabalhe no sentido da criação de actores críticos desde o produtor ao consumidor.

1. FAO, O estado da insegurança alimentar no mundo. Roma, 2006.

2. Uma alimentação normal significa proporcionar diariamente 2.700 calorias a cada indivíduo adulto

3. Definição da Via campesina